

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Depois da saidinha

Oficialmente, o governo anunciou que não pretende judicializar o fim da saída temporária de presos, após o Congresso Nacional derrubar o veto do presidente Lula à proibição. Mas o Planalto está ciente de que entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública da União podem ingressar com uma ação no Supremo Tribunal Federal. Caso haja iniciativas nesse sentido, o governo evitaria o desgaste de confrontar na Justiça uma decisão com ampla maioria no Congresso e forte adesão popular.

Vontade popular

Parlamentares da oposição criticam os cálculos governistas, na medida em que a judicialização seria uma forma de tirar a legitimidade da vontade nacional. Na visão do senador Izalci Lucas (PL-DF), “está escancarada a guerra Congresso x Lula, na medida em que o governo se coloca contra a vontade da nação, coisa nunca vista na história”.

Desvio de rota

Autor da lei que proibiu a saída temporária dos presos, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) defendia a manutenção do veto encaminhado pelo Executivo. Segundo ele, a proposta original previa uma revisão de critérios, e não a abolição do benefício, como ficou definido pelo Congresso. Pedro Paulo alega que, em 2023, menos de 1% dos presos que tinham direito à saidinha cometeram algum delito no período fora da unidade prisional.

O valor da auditoria

Em 6 e 7 de junho, o Superior Tribunal de Justiça vai sediar o 12º Fórum Brasileiro de Atividade de Auditoria Interna Governamental. O encontro tem o propósito de compartilhar conhecimentos na área de auditoria interna em órgãos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em âmbito federal. Participam da abertura do evento a presidente do STJ, ministra Maria Thereza Moura, e o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Bruno Dantas, entre outras autoridades.

Os velhos problemas do presidencialismo

A fragorosa derrota do Planalto nas votações de quarta-feira no Congresso é o mais novo capítulo de uma discussão que tem tomado vulto nos últimos anos: os limites do presidencialismo no Brasil. A derrubada dos vetos presidenciais, somada à fragilidade da articulação política do Planalto, comprova o desequilíbrio de forças entre o Executivo e o Legislativo. O presidente Lula já reconheceu publicamente: “Não é o Congresso que precisa do governo; é o governo que precisa do Congresso”.

Ontem, o Planalto sinalizou que pretende, mais uma vez, melhorar o entrosamento entre os ministros palacianos e os líderes governistas nas Casas Legislativas. Mas nada indica

que o Executivo ganhará mais musculatura para os embates no Congresso Nacional. Em mais de uma ocasião, o parlamento tem deixado claro suas pautas prioritárias e não hesita em aprovar ou derrubar matérias, independentemente da posição do governo.

Muitos defendem o semipresidencialismo como um modelo que mitigaria as dificuldades na relação entre os dois Poderes. Essa discussão precisa levar em conta, entretanto, que as crises enfrentadas por presidentes no Congresso decorrem, muitas vezes, mais por questões circunstanciais, como ausência de apoio político, do que propriamente em razão do sistema de governo definido na Constituição.



Direita soft

Em recente debate promovido pela fundação Fernando Henrique Cardoso, o secretário-geral e vice-presidente do União Brasil, ACM Neto, expôs o seu ponto de vista sobre o momento político e as perspectivas para 2026. O ex-prefeito de Salvador considera que, no Brasil polarizado, um candidato de direita e centro-direita terá mais chances de vitória nas urnas se deixar de lado o discurso radical. Ele considera o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, o mais apto para a empreitada, mas cita outros nomes competitivos, como Tarcísio de Freitas, Romeu Zema e Ratinho Júnior.

Veja bem

Sobre o fato de o União Brasil ocupar três ministérios no governo Lula e votar contra o governo no Congresso, ACM Neto disse que as nomeações na Esplanada não são originárias do partido. Lembrou que Celso Sabino (Turismo) e Juscelino Filho (Comunicações) ingressaram na Esplanada por meio de uma negociação para ampliar a base de apoio do governo — movimento, por sinal, que se mostrou infrutífero. E que Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) é uma indicação pessoal do senador Davi Alcolumbre. “Nosso partido nunca foi chamado pelo governo para discutir nada”, ressaltou ACM Neto.

Parceria afirmativa

O Conselho Nacional de Justiça decidiu firmar parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares para ampliar o ingresso de negros na magistratura. A instituição de ensino vai contribuir com chamadas públicas para que empresas se habilitem a financiar bolsas de estudos a alunos que queiram seguir a carreira de juiz. O acordo foi tema de audiência, ontem, entre o presidente do CNJ e do STF, ministro Luís Roberto Barroso, e o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, professor José Vicente.

DESPEDIDA NO TSE

Moraes: “O Brasil saiu vencedor”

Ao deixar a presidência da Corte, ministro afirma que país mostrou ser possível reagir ao “novo populismo digital extremista”

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes se despediu, ontem, do comando do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reiterando que a desinformação continuará a ser combatida pela Corte. O magistrado cobrou a regulamentação das redes sociais que, segundo ele, é fundamental para que o eleitor vote com consciência e liberdade.

“Não é possível admitirmos que haja a continuidade de um número massivo, de desinformação, notícias fraudulentas, deep fakes, agora anabolizadas pela inteligência artificial. Não é mais possível que toda a sociedade, todos os Poderes constituídos aceitem essa continuidade sem uma regulamentação mínima”, afirmou.

Moraes passou dois anos à frente do tribunal e foi o responsável pela condução da Justiça Eleitoral no pleito de 2022, considerado o mais conturbado desde a redemocratização.

“Este Tribunal Superior Eleitoral dá o exemplo da necessidade de rompimento dessa cultura de impunidade das redes sociais, seja com as decisões e

regulamentações das eleições de 2022, seja com a aprovação, de relatoria da ministra Cármen Lúcia, das novas resoluções para as eleições de 2024”, ressaltou.

Ele destacou que a Corte continuará combatendo as fake news. “Aqui no Brasil, mostramos que é possível uma reação a esse novo populismo digital extremista, que pretende solapar as bases da democracia. O Brasil saiu vencedor, a população brasileira saiu vencedora”.

A ministra Cármen Lúcia será a substituta de Moraes no comando da Corte. Ela assume na segunda-feira e ficará dois anos no cargo. Terá como vice o ministro Kassio Nunes Marques.

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do Supremo Tribunal Federal (STF), dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados com notório saber jurídico, indicados pelo presidente da República.

Na sessão, Cármen Lúcia classificou o magistrado como “a pessoa certa, no lugar certo e na hora certa”, ao relembrar a atuação dele na condução das eleições de 2022. A ministra ressaltou o combate aos ataques à Justiça Eleitoral e ao sistema eletrônico de votação.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



O ministro Alexandre de Moraes recebeu elogios e foi aplaudido de pé na despedida do cargo na Corte

“Era essencial que houvesse uma atuação tal como aconteceu”, sustentou Cármen Lúcia. “Momento de grave comprometimento da sociedade no sentido de um conflito que se impôs e que se estabeleceu contra o TSE, contra as urnas eletrônicas, e que, no final, nada mais

é do que um atentado contra a democracia brasileira, garantida por eleições livres, seguras e transparentes.”

A magistrada elogiou Moraes. “As leis são necessárias, mas não são suficientes se elas não forem postas em prática e garantidas por um Poder Judiciário

independente, uma imprensa fortalecida e livre e uma cidadania participante e responsável”, destacou. “E isso se garantiu exatamente pela atuação de Vossa Excelência presidindo este Tribunal Superior Eleitoral”, acrescentou a ministra, que tomará posse na segunda-feira.



Apesar do bombardeio de desinformação e da tentativa de retirar credibilidade da Justiça Eleitoral, o eleitorado acreditou que as instituições são fortes e que o Judiciário não se acovarda mediante agressões de populistas e extremistas que se escondem atrás do anonimato das redes”

Alexandre de Moraes,
na despedida da
presidência do TSE

DIPLOMACIA

Após crise com Israel, Lula retira embaixador de Tel Aviv

» VICTOR CORREIA

A crise diplomática entre a gestão Lula e o governo israelense de Benjamin Netanyahu provocou resultados concretos ontem,

com a retirada do embaixador Frederico Meyer de Tel Aviv. Ministro de primeira classe do Itamaraty, ele foi transferido para Genebra, na Suíça, onde vai apresentar o Brasil na Conferência

do Desarmamento, da Organização das Nações Unidas (ONU).

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). Lula não nomeou um substituto para Meyer, e a embaixada será liderada pelo diplomata Fábio Farias, que ocupa o segundo cargo na hierarquia. Simbolicamente, o gesto do governo representa uma queda na importância dada à relação com Israel e é

considerado o ato concreto mais forte desde a crise.

O mal-estar foi causado por críticas de Lula aos atos do governo Netanyahu na Faixa de Gaza. O estopim, a fala do presidente comparando a ação israelense com o holocausto, perpetrado pela Alemanha nazista. Na ocasião, Meyer, então embaixador, foi convocado pelo governo de Israel para uma repreensão,

no Museu do Holocausto, pelo chanceler Israel Katz, que também declarou Lula persona non grata no país. O ato foi considerado um grande constrangimento.

Em resposta, Meyer foi convocado de volta para o Brasil “para consultas”, o que é um gesto de insatisfação na diplomacia. Ele voltou a Tel Aviv na semana passada, três meses após a crise diplomática. Porém, apenas

para organizar sua saída. Após um tempo evitando fazer críticas públicas e diretas à gestão Netanyahu, Lula voltou a disparar contra Israel no sábado passado. Pesquisas de popularidade mostraram que a comparação com o Holocausto foi reprovada pela maioria dos brasileiros e teve um impacto na queda da popularidade do petista nos últimos meses.